



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Governo Fernando Henrique Cardoso

COMUNIDADE SOLIDÁRIA

RESULTADOS DE 2 ANOS DE TRABALHO

BRASÍLIA
1997

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Governo Fernando Henrique Cardoso

COMUNIDADE SOLIDÁRIA
RESULTADOS DE 2 ANOS DE TRABALHO

BRASÍLIA
1997

Brasil, Presidente, 1995 - (F. H. Cardoso)

Comunidade Solidária: Resultados de 2 anos de Trabalho -
Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação So-
cial, Casa Civil, Programa Comunidade Solidária, 1997.

30 p. (Documentos da Presidência da República)

I. Cardoso, Fernando Henrique, Presidente do Brasil, 1931-II.

Título

CDD 304(81)

INTRODUÇÃO

A apresentação dos resultados obtidos pelo Programa Comunidade Solidária, em pouco mais de dois anos, é uma oportunidade para se avaliarem as expressivas conquistas obtidas na área social. Elas não teriam sido possíveis sem o sucesso da política de estabilização implantada pelo Plano Real.

A queda acentuada da inflação e a valorização da nossa moeda provocaram uma melhor distribuição de renda, que se traduz no fato de 13 milhões de brasileiros haverem superado a linha da pobreza, segundo pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

A evidência desse fato é o aumento do consumo, comprovado por empresas produtoras de bens duráveis (eletrodomésticos) e não duráveis (alimentação).

Mas o índice, talvez o mais expressivo, na mudança da condição de vida dos brasileiros, porque reflete o efeito de um conjunto de políticas, seja o relativo à mortalidade infantil. A mortalidade, que era de 41 crianças para cada grupo de mil nascidas vivas em 1992, caiu para 31,1 em 1994, e despencou para 17,6 em 1996. Esses dados foram fornecidos pela Pastoral da Criança da Comissão Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e se referem às informações coletadas em 2.500 municípios onde a Pastoral atua.

A redução da mortalidade infantil faz parte da Agenda Básica do Programa Comunidade Solidária, que é composta por mais cinco áreas

prioritárias: Suplementação Alimentar; Apoio ao Ensino Fundamental; Desenvolvimento Urbano; Geração de Emprego e Renda, e Educação Profissional; e Fortalecimento da Agricultura Familiar.

O Programa de Agentes Comunitários de Saúde contribuiu substancialmente para a queda da mortalidade infantil no País, pois possibilitou o atendimento a 6,7 milhões de brasileiros, em 1996.

Em apenas dois anos, mais 2,5 milhões de brasileiros passaram a ser atendidos pelo Programa, enquanto o número de agentes comunitários passava de 28 para 44 mil. A meta é de crescimento ainda maior: atingir 100 mil agentes comunitários até o final de 1997.

O Programa de Combate à Desnutrição Infantil atingiu, em 1996, 802 municípios, beneficiando 1,2 milhão de crianças. A redução das carências nutricionais de menores de quatro anos contribuiu para a queda expressiva do número de internações da população nessa faixa etária: em 1994 foram internadas 56,7 mil crianças; em 1995, o número caiu para 37,2 mil; e em 1996, reduziu-se para 30,9 mil. Houve, portanto, uma queda de quase 50% em dois anos.

Vários outros programas poderiam ser destacados, como o Emergencial de Distribuição de Alimentos, que, em 1996, permitiu a entrega de 7,5 milhões de cestas básicas, contra 3 milhões em 1995, principalmente em municípios pobres, em comunidades indígenas e em acampamentos de trabalhadores rurais sem-terra.

A função da Comunidade Solidária é articular as ações dos governos federal, estadual e municipal com aquelas realizadas pela sociedade. Está começando a consolidar-se a compreensão de que certos programas e certas questões não podem ser conduzidos de forma personalista, partidária, e, muito menos, sectária. Têm de ser conduzidos com visão ampla, que requer — daí o nome — solidariedade. Sem isso, a sociedade moderna não se transforma, porque é complexa e seus interesses muito diversificados e segmentados. Por isso, tem de criar também mecanismos diversificados de discussão,

COMUNIDADE SOLIDÁRIA
RESULTADOS DE 2 ANOS DE TRABALHO

de modificação e de inclusão. A Comunidade Solidária destaca-se hoje como um desses mecanismos e assim é justo reconhecer a importância do esforço que está sendo feito por todos os envolvidos nesse Programa.

RESULTADOS DO PROGRAMA COMUNIDADE SOLIDÁRIA ¹

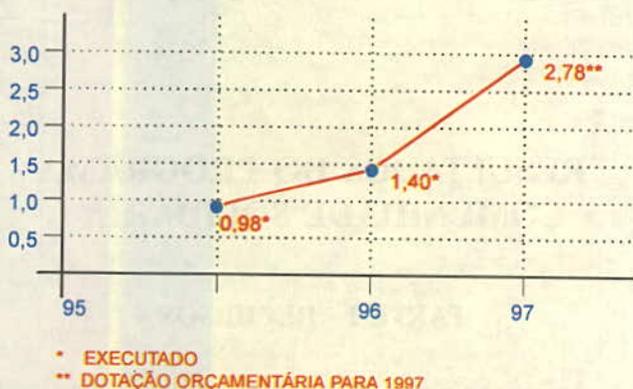
PARTE I - RECURSOS

É importante ter-se uma visão quantitativa dos resultados do Programa Comunidade Solidária para que nossas afirmações e comentários não fiquem abstratos. Os gráficos e quadros a seguir sintetizam as informações que vamos fornecer e comentar.

Os recursos utilizados pelo Programa Comunidade Solidária aumentaram consideravelmente de R\$ 980 milhões, em 1995, para R\$ 1,4 bilhão, em 1996, e, em seguida, para R\$ 2,78 bilhões em 1997. Este último valor é, sem dúvida, expressivo e faz parte do Orçamento de 1997. Os demais valores foram efetivamente executados e estamos fazendo um grande esforço para executar também os recursos deste ano do Programa Comunidade Solidária.

¹ Versão editada de apresentação feita pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República em 8.5.97, no Palácio do Planalto.

COMUNIDADE SOLIDÁRIA - RECURSOS (R\$ bilhões)



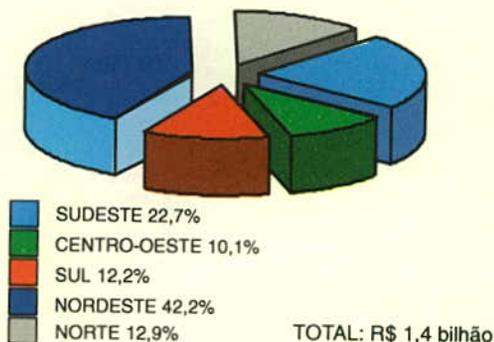
Fontes: Secretaria Executiva Comunidade Solidária e Ministérios Setoriais

O Orçamento do Brasil, que era um peça de ficção, está se tornando cada vez mais uma peça de realidade e, neste ano, não está sendo contingenciado. É a primeira vez, na História recente do Brasil, que isso acontece. Há apenas uma reserva de 15% dos programas para eventual oscilação na receita. Caso, aliás, pouco provável. Não deverá haver, portanto, em 1997, problema de gestão financeira como costumava ocorrer no passado.

1. Distribuição Regional

A distribuição dos recursos do Programa Comunidade Solidária tem sido feita com base no critério de privilegiar as regiões mais pobres do Brasil. O gráfico seguinte mostra que 42,2% dos recursos gastos em 1996 concentraram-se no Nordeste e 12,9% foram destinados ao Norte. Ou seja, essas duas regiões absorveram 55,1% dos recursos. Os restantes 44,9% foram distribuídos assim: 22,7% para o Sudeste; 12,2% para o Sul; e 10,1% para o Centro-Oeste.

RECURSOS DISTRIBUIÇÃO POR
REGIÃO - 1996



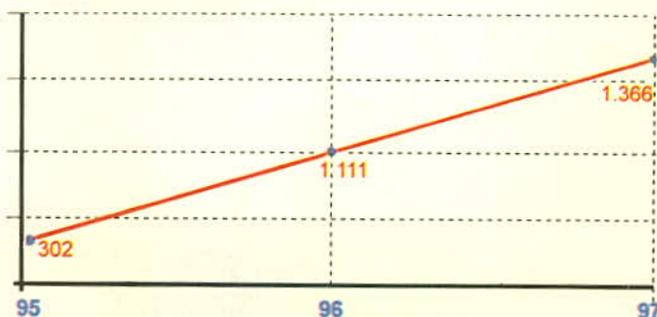
Fontes: Secretaria Executiva Comunidade Solidária
e Ministérios Setoriais

Esta repartição corresponde ao esforço que está sendo feito para um desembolso mais equilibrado em termos de regiões mais carentes. Isso foi possível pelo aumento do número de municípios atendidos.

PARTE II - MUNICÍPIOS ATENDIDOS

O número de municípios atendidos no início do Programa será quadruplicado até o final de 1997. Em 1995, 302 municípios foram beneficiados. O número subiu para 1.111 em 1996, e atingirá 1.366 em 1997.

NÚMERO DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS



Fonte: Secretaria Executiva Comunidade Solidária

Os critérios para a escolha dos municípios atingidos pelo Programa são absolutamente técnicos. Nunca houve interferência ou influência política, mas, sim, política governamental de recuperação de áreas carentes e de combate à pobreza.

Há algumas situações difíceis de serem explicadas porque, entre municípios contíguos, um pode ser incluído e o outro não. Isso se deve

a critérios estatísticos e, muitas vezes, à falta de recursos para todos. Mas, mesmo assim, é melhor manter o critério técnico do que ceder a pressões eventuais capazes de desmoralizar o Programa.

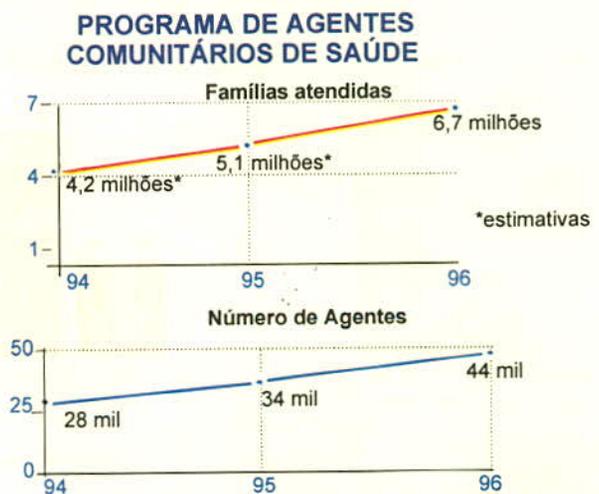
Creemos que, hoje, ninguém mais tenha dúvida de que o Programa Comunidade Solidária (ou o conjunto de programas que o integram) nada tem a ver com distribuição de poder. Nem, tampouco, com campanha eleitoral e apoio de políticos, incluindo o do Presidente da República. Tem a ver, exclusivamente, com o que se acredita seja do interesse da população mais necessitada.

PARTE III - AGENDA BÁSICA

A evolução do Programa registrou resultados em cada uma das seis áreas prioritárias que compõem a Agenda Básica: Redução da Mortalidade Infantil; Suplementação Alimentar; Apoio ao Ensino Fundamental; Desenvolvimento Urbano; Geração de Emprego e Renda, e Educação Profissional; e Fortalecimento da Agricultura Familiar. Vejamos como se comportou cada uma dessas áreas.

1. Redução da Mortalidade Infantil

Na área da saúde, a prioridade foi o combate à mortalidade infantil. Vários programas contribuíram para a sua redução significativa. Um dos mais importantes foi o Programa de Agentes Comunitários de Saúde.



Fonte: Ministério da Saúde

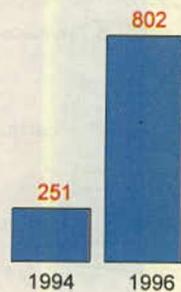
Em 1994, eram 28 mil agentes para atender à população carente. Em 1995, o número subiu para 34 mil e, em 1996, atingiu 44 mil. A previsão para 1997 é de 100 mil. Caso esta previsão seja confirmada — e estamos fazendo força para isso — o número de agentes comunitários triplicará no período citado.

O trabalho desses profissionais permitiu atendimento a um número crescente de brasileiros carentes: em 1994, foram 4,2 milhões; em 1995, somaram 5,1 milhões; em 1996, corresponderam a 6,7 milhões. Assim, em apenas dois anos, mais 2,5 milhões de brasileiros passaram a ser atendidos pelo Programa e a meta é de crescimento ainda maior, com a atuação de mais agentes comunitários. Eles são fundamentais.

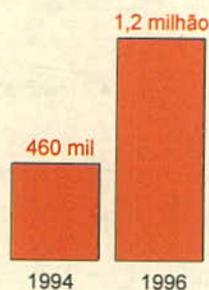
Porém, não basta apenas atender aos bebês no nascimento. É preciso dar-lhes assistência contínua e alimentação adequada. O Programa de Combate à Desnutrição Infantil atende hoje a três vezes mais municípios do que em 1994.

COMBATE À DESNUTRIÇÃO INFANTIL

NÚMERO DE MUNICÍPIOS



NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS



Fonte: Ministério da Saúde

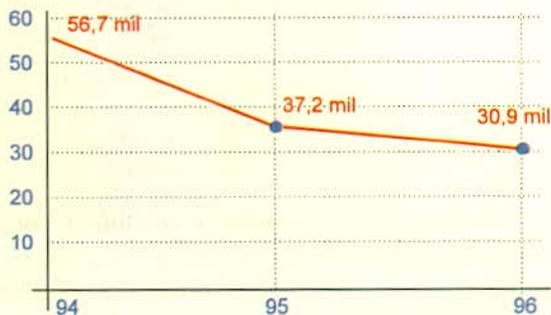
Passamos, portanto, de 251 para 802 municípios. O número de beneficiários saltou de 460 mil, em 1994, para 1,2 milhão, em 1996.

Já é possível constatar que a redução das carências nutricionais de crianças menores de quatro anos contribuiu para a queda expressiva do número de internações da população nessa faixa etária: em 1994, foram internadas 56,7 mil crianças; em 1995, o número caiu para 37,2 mil; e, em 1996, reduziu-se para 30,9 mil. É uma queda de quase 50% em dois anos. A diretriz básica do governo é a prevenção: evitar que as pessoas tenham de ser internadas. Daí o esforço governamental para aumentar o número de agentes comunitários de saúde.

Tive a oportunidade de visitar, *in loco*, o trabalho desses profissionais em alguns estados brasileiros. É, realmente, uma mudança qualitativa, porque a pessoa é atendida em casa em vez de ter que ir ao hospital. Com o programa de nutrição de crianças até quatro anos, evita-se seu atendimento em hospital. É um avanço significativo, conforme pode ser observado no gráfico abaixo, que mostra uma queda de quase 50% no número de internações daquelas crianças.

INTERNAÇÕES POR CARÊNCIAS NUTRICIONAIS

Número de internações - crianças de 0 a 4 anos

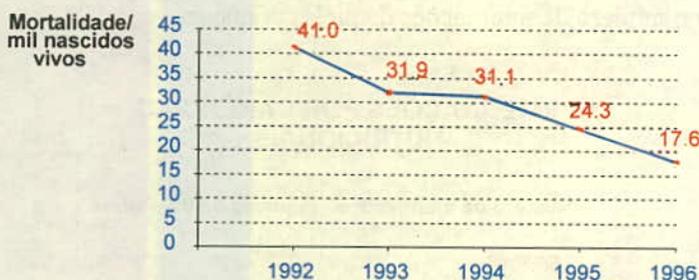


Fonte: Ministério da Saúde

A ação da Comunidade Solidária na área da medicina preventiva está provocando, assim, resultados surpreendentes. A taxa de mortalidade infantil teve queda violenta, conforme dados da Pastoral da Criança da Comissão Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com base na análise das informações coletadas em 2.500 municípios onde a Pastoral atua.

O gráfico seguinte mostra que, em um período mais amplo, de 1992 a 1996, para cada grupo de mil nascidos vivos, a mortalidade infantil caiu de 41 para 17,6 ao ano. Houve, realmente, uma redução acentuada da taxa de mortalidade infantil. Esse índice talvez seja o mais expressivo na mudança da condição de vida dos brasileiros, porque reflete o efeito de um conjunto de políticas.

Índice de Mortalidade das Crianças Menores de um Ano Acompanhadas pela Pastoral da Criança



Fonte: Pastoral da Criança /CNBB

Não se consegue diminuir a mortalidade infantil só com um programa. Estamos ressaltando aqui alguns desses programas, mas, é claro que, por trás deles, está a estabilidade da economia. O Plano Real proporcionou uma forte transferência de renda. Todos os dados indicam isso. Houve um aumento real da renda nos segmentos menos favoreci-

dos da população brasileira e, além disso, melhorou também a sua distribuição. Os pobres aumentaram mais depressa a sua renda do que os ricos. Fato muito difícil de ocorrer, em qualquer país do mundo, porque a distribuição de renda é muito estável entre as populações.

Não estamos afirmando que o Plano Real sozinho vá continuar sendo capaz de provocar esses efeitos. Serão necessárias outras políticas para continuar a promover a distribuição de renda. Mas a estabilização da moeda era condição necessária. Sem ela, não haveria possibilidade de delinear qualquer política. Ela já produziu uma transformação sensível na distribuição de renda.

As estatísticas têm mostrado isso. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) fez um estudo, nas seis principais áreas metropolitanas do País, mostrando que 13 milhões de pessoas já superaram a linha de pobreza.

Muito se fala da área social. Mas é preciso falar com base em dados, que só têm expressão quando comparados com séries anteriores, porque, isoladamente, nada significam. É claro que os dados poderiam ser muito melhores. A questão não é perguntar se estão bons, mas se estão melhorando ou não. Quem achar que está bom, está conformado e não muda nada. Certamente, sempre pode haver mudança. Porém, só dizer que está ruim não resolve.

Portanto, a pergunta correta é: o que está sendo feito melhora, piora ou mantém o quadro inalterado? Os dados mostrados revelam que o quadro está melhorando. Não existe, na área social, nenhum indicador que mostre o contrário.

Quanto à distribuição por estado da queda da taxa de mortalidade infantil, nota-se que foi mais acentuada naqueles situados nas regiões mais carentes, como o Nordeste, onde a média foi de cerca de 40%. A redução mais significativa ocorreu na Bahia (52%), seguida das observadas em Pernambuco (45%) e no Ceará (42%).

Taxa de Mortalidade Infantil / 1.000 nascidos vivos
 Áreas com o Programa Agentes Comunitários de Saúde — PACS

Estados	1994	1995	1996	Redução
Alagoas	*	104	88	
Bahia	111	63	53	52%
Ceará	80	50	46	42%
Maranhão	71	56	49	31%
Paraíba	90	49	54	40%
Pernambuco	101	62	55	45%
Piauí	67	53	43	36%
R.G.Norte	*	62	55	
Sergipe	94	86	64	32%

2. Suplementação Alimentar

Um programa iniciado no governo Itamar Franco e que vem tendo sucesso é o da distribuição de cestas básicas: Prodea — Programa Emergencial de Distribuição de Alimentos. De 1995 para 1996, o número de cestas básicas distribuídas aumentou de 3 milhões para 7,5 milhões. Frequentemente, os jornais publicam que houve uma redução nos recursos do Prodea. É preciso ver o que foi feito com o dinheiro. Aqui, o que vale é o resultado. Houve ou não um aumento de distribuição de cestas básicas? Dobrou. Portanto, aumentou a eficiência na distribuição, porque o Programa fez mais com menos recursos. A distribuição de alimentos pelo Prodea conseguiu avanços significativos, principalmente em municípios pobres, em comunidades indígenas e em acampamentos de trabalhadores rurais sem-terra.

DISTRIBUIÇÃO EMERGENCIAL DE ALIMENTOS - PRODEA



Fonte: Ministério da Agricultura e Abastecimento

O ideal é que os recursos sejam destinados aos programas bem-sucedidos. A avaliação tem que ser também qualitativa. No caso do Prodea, a questão está em saber se a distribuição está correta ou pode melhorar. Mas não se pode dizer que tenha havido queda na distribuição, porque, na verdade, ela dobrou. É um fato expressivo. Além disso, estamos utilizando estoques de alimentos do governo federal, o que explica o aumento considerável na distribuição de cestas básicas.

3. Apoio ao Ensino Fundamental

Há muitos programas sociais que englobam o conjunto dos municípios brasileiros, envolvendo vários ministérios. A Comunidade Solidária apenas põe seu selo naqueles programas específicos, destinados ao combate da pobreza ou voltados para áreas críticas e que não substituam os programas universais. No dia em que só tivermos programas universais, será ótimo, porque teremos alcançado um certo grau de igualdade na distribuição dos recursos públicos. Mas, enquanto isso não for alcançado, os programas universais terão de

ser complementados pelos específicos, que são exatamente os acompanhados pelo Programa Comunidade Solidária, como é o caso da merenda escolar.

MERENDA ESCOLAR



Número de alunos beneficiados em 1996: 33 milhões

Fonte: Ministério da Educação

Os recursos não cresceram muito porque somaram R\$ 415 milhões em 1994, e R\$ 454 milhões em 1996. Porém, houve um aumento de 100 para 160 dias por ano na distribuição da merenda escolar. Ou seja, houve um aumento de 60% nos dias de distribuição, devido à melhora na utilização dos recursos.

A questão do dinheiro é importante e antecede as demais porque, com a inflação, todo mundo perdeu a noção do seu valor. Além da merenda escolar, sem a qual muitos alunos teriam dificuldade de se concentrar nas aulas devido à fome, a Comunidade Solidária assegurou transporte, material escolar e atendimento à saúde a um número crescente de estudantes, em municípios brasileiros. Os recursos para estes programas aumentaram de R\$ 76 milhões em 1995, para R\$ 108 milhões em 1996.

ENSINO FUNDAMENTAL - RECURSOS Municípios Comunidade Solidária



Fonte: Ministério da Educação

4. Desenvolvimento Urbano

A Comunidade Solidária deu, também, prioridade a duas áreas básicas: saneamento e moradias populares.

Para garantir condições mínimas de higiene e saúde nos municípios mais carentes abrangidos pelo Programa de Redução da Mortalidade Infantil, a Secretaria de Política Urbana do Ministério do Planejamento criou, em 1996, o PASS — Programa de Ação Social em Saneamento. A qualidade de vida de 540 famílias, em 727 municípios, melhorou com a disponibilidade de água potável e esgoto sanitário. É pouco, porque na área de saneamento e habitação já dispomos de condições para aumentar muito o atendimento.

DESENVOLVIMENTO URBANO — PASS

1996

- 540 mil famílias beneficiadas
- 727 municípios

Fonte: Ministério do Planejamento e Orçamento

Os números citados, caso sejam comparados com os anteriores, certamente cresceram. Mas temos que dar atenção ainda maior à área, assim como à habitação popular. Com a criação do programa Habitar Brasil foi possível, em 1996, ofertar moradias populares a 43 mil famílias, em 659 municípios.

É só dividir o número de famílias por município para ver que não é tanto assim. Porém, para essas duas áreas — saneamento e habitação — estamos preparando uma verdadeira revolução.

Qual é essa revolução? A revolução é a seguinte: os recursos no Brasil eram concentrados em algumas grandes empresas, tanto para saneamento quanto para habitação. Eram recursos da Caixa Econômica Federal repassados, às vezes, aos estados e aos municípios, ou, então, diretamente às empresas, mas sempre sob a ótica do grande empreendimento.

Com a inflação, muito recurso foi despendido com pouco resultado. A experiência mostra conjuntos habitacionais vazios ou ocupados antes do seu término. Foram feitos com base no planejamento de empreiteiras, de construtoras e de grandes tomadores de recursos. Estamos mudando a mentalidade do setor, as práticas e a burocracia.

A Caixa Econômica Federal está fazendo um grande esforço para realizar essa mudança. É claro que os recursos citados dos programas da Comunidade Solidária não vêm daquela instituição financeira. Vêm, basicamente, da área de Saúde e a fundo perdido. Mas temos de pensar na possibilidade de combinar o uso desses recursos com os demais que vêm do FGTS — Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Dispomos de bilhões desses recursos que não foram utilizados no ano passado.

Por quê? Porque mudou o modo de gastar, com a criação de canais mais adequados à demanda pulverizada da população mais carente. Cada um ganha uma carta de crédito e escolhe a sua casa ou, então, junta-se a uma cooperativa. Criamos uma diversidade de mecanismos,

com o objetivo de atender à demanda dos consumidores e não a da grande empresa. Isso leva tempo para ser implantado. Daqui a algum tempo, as pessoas vão saber que existe mais oferta de recursos e de imóveis. As instituições financeiras aprenderão como dar crédito aos consumidores com menor poder aquisitivo.

A razão de dispormos de recursos e de não gastá-los proporcionalmente é a inexistência de mecanismos. O FGTS é uma fonte de recursos que é controlado pelos sindicatos. A administração dele tem a participação dos sindicatos. É tudo transparente e exige uma mudança de mentalidade, de forma que haja organização capaz de fazer com que os recursos fluam. Quanto ao FAT — Fundo de Amparo ao Trabalhador, o processo é o mesmo. O FAT é recurso do trabalhador e é controlado também pelos sindicatos. São novos mecanismos que têm de ser postos em prática.

5. Geração de Emprego e Renda, e Educação Profissional

EMPREGO E RENDA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

I - PROGER URBANO

1995	R\$ 173 milhões aplicados 61 mil empregos gerados e mantidos
1996	R\$ 440 milhões aplicados 134 mil empregos gerados e mantidos

II - PROGER RURAL

1995	R\$ 413 milhões aplicados
1996	R\$ 883 milhões aplicados 175 mil empregos gerados e mantidos

III - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

1996	1,2 milhão de trabalhadores capacitados
------	---

Os Programas de Geração de Emprego e Renda nos meios urbano (Proger) e rural (Proger Rural) geraram aplicações de R\$ 1,32 bilhão, em 1996, e emprego para 309 mil trabalhadores, sendo que, neste número, estão incluídos os novos e os mantidos, devido à sua melhor capacitação profissional. Cerca de 1,2 milhão de trabalhadores foram treinados no mesmo ano, com base no Plano Nacional de Educação Profissional, do qual participam muitas instituições (sindicatos, Secretarias estaduais e municipais de Trabalho, etc). Os recursos utilizados pelo Plano vêm do FAT — Fundo de Amparo ao Trabalhador, administrado pelo Ministério do Trabalho. Embora os resultados atingidos sejam considerados muito positivos pela Comunidade Solidária, é preciso multiplicar as iniciativas nessa área.

6. Fortalecimento da Agricultura Familiar

Finalmente, vamos comentar os resultados obtidos pelo Pronaf — Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que são muito animadores. Os recursos para este Programa vêm do FAT, de fundos constitucionais e de bancos, que são obrigados a disponibilizá-los.

FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR PRONAF - CRÉDITO

RECURSOS: FAT, Fundos Constitucionais, Exigibilidade bancária

1995 R\$ 36 MILHÕES 19 MIL FAMÍLIAS BENEFICIADAS
1996 R\$ 650 MILHÕES 333 MIL FAMÍLIAS BENEFICIADAS
1997 - Meta R\$ 1,5 BILHÃO 600 MIL FAMÍLIAS BENEFICIADAS

Fonte: Ministério da Agricultura e Abastecimento

Em 1996, conforme o quadro anterior, foram gastos R\$ 650 milhões que beneficiaram 333 mil famílias, enquanto que, em 1995, os dispêndios do Pronaf atingiram R\$ 36 milhões e favoreceram 19 mil famílias. Houve, portanto, um aumento significativo e a previsão para 1997 é de gastos de R\$ 1,5 bilhão, que beneficiarão 600 mil famílias.

O Pronaf é fundamental e foi proposto pela Contag — Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas. Nesta área, superamos problema semelhante ao do Desenvolvimento Urbano (saneamento e habitação). O Banco do Brasil estava acostumado a financiar apenas grandes produtores. Muitos deles ficaram inadimplentes, embora tivessem grandes propriedades. Tiveram de renegociar suas dívidas, devido à inflação, aos planos econômicos e a outras razões que agora não cabe comentar.

Como se transforma uma instituição financeira voltada para o atendimento de grandes empresas rurais em uma entidade de crédito para pequenos agricultores? É muito complicado, mas estamos avançando.

O Banco do Nordeste saiu na frente nesse esforço. Criou um programa de agentes comunitários de desenvolvimento, que visitam o pequeno produtor rural e lhe dão atendimento. Muitos contratos estão sendo fechados pelo Banco com base nesse programa.

Não adianta pedir mais do que foi previsto para 1997 pelo Pronaf (R\$ 1,5 bilhão), porque inexistente mecanismo de gestão para operar uma oferta maior de recursos.

O Pronaf é muito importante porque mantém em atividade a unidade produtora familiar e evita o êxodo rural. Por isso, é importante equacionar a questão de exigência de garantias feita pelos bancos, sobretudo quanto ao financiamento de investimento. O crédito para custeio é mais fácil, porque pode-se hipotecar, até mesmo, a própria safra a ser colhida. Estamos tentando criar um fundo de aval, para sanar a dificuldade.

Os problemas são os mesmos em várias áreas. Como mudar a mentalidade e a administração de instituições para dar prioridade à massa

de pequenos empresários em um país que sempre privilegiou os grandes e ricos produtores? Daí a idéia em estudo de se criar um fundo de aval na área rural.

Estamos dando ênfase à questão da organização para gerir recursos porque, devido à estabilização da moeda e à racionalização gerencial que vem sendo feita pelo governo federal, está aumentando a disponibilidade de alguns fundos para atendimento das populações mais carentes e de setores chaves da sociedade brasileira.

Mencionamos o FAT e o FGTS. É importante assinalar também que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que tem recursos e, por tradição, sempre financiou grandes projetos, hoje já dispõe de linhas de crédito até para treinar pessoal para o Banco do Povo, e para financiar capital de giro.

Daqui por diante, a qualidade do empréstimo tem de estar associada ao benefício para a comunidade. É um sinal de maturidade do País. Porém, precisamos entender que não é fácil mudar substancialmente em pouco tempo. Não basta mandar uma lei ao Congresso, o que, às vezes, é fácil. A dificuldade está em mudar as práticas, no conjunto, o que por vezes desperta resistências maiores do que as próprias emendas constitucionais.

PARTE IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Feitas as reformas, começa o trabalho difícil de mudar, na prática, o modo de organizar e gerir. Reforma do governo não se faz com uma lei. É uma mudança muito mais complicada, que envolve também a questão da participação da sociedade na definição de prioridades.

Como se criam os conselhos locais? Tudo isso é uma engenharia, aliás é muito mais do que isso, porque, na verdade, trata-se de um processo social de mudanças. É claro que a sociedade resiste. Muitos resistem, devido às dificuldades de ajustamento. Isso, multiplicado por milhões, é o que faz a mudança social ser um processo naturalmente lento.

Nesse processo, se não houver entrosamento dos vários níveis, a mudança fica difícil. Há necessidade de uma articulação não apenas da sociedade com o Estado, com o governo federal, mas também deste com o governo estadual e o municipal. Não dá mais para pensar o Brasil a partir de Brasília. É ridículo. Não tem sentido.

A articulação é fundamental. Antes desta exposição, os comentários feitos pela secretária executiva do Programa Comunidade Solidária, Ana Peliano, demonstraram a importância da articulação para se atingirem os objetivos desejados.

Os resultados obtidos, conforme ela observou, não são fruto só do governo federal. Muitos estados e municípios contribuíram, sem contar o apoio da sociedade, inclusive o das empresas. Se não fosse assim, o nome do Programa não teria sentido. Mas é preciso fazer

mais. Todos precisam ser cobrados. A importância dos interlocutores aqui presentes é assegurar uma coordenação ainda melhor para se alcançar resultados mais expressivos.

O Programa Comunidade Solidária não dispõe de um centavo próprio. O dinheiro é proveniente do Orçamento e vai para os Ministérios. O Programa não tem burocracia. Ele tem a capacidade de articular, dentro do governo federal, as burocracias existentes. A articulação dentro e fora do governo federal é difícilíssima, mas é assim mesmo. Só assim se cria um país novo, que dê atenção à área social. Não se trata apenas de fazer um discurso, nem, tampouco, de assegurar recursos no Orçamento. É o cotidiano de luta, de motivação, de acertos e desacertos, de erros e correções. É o reconhecimento de que falta material humano para se operarem as transformações. É criar condições de profissionalização. O que leva tempo.

Estou certo de que está havendo uma maior conscientização também quanto à função do Conselho da Comunidade Solidária. Ele não dispõe de orçamento próprio. Ele faz a articulação com a sociedade e cuida de inovar possíveis programas a serem feitos com a participação da sociedade. Ele avalia como um determinado programa pode se multiplicar. Enfim, cuida das práticas inovadoras.

Achamos que a mudança virá com a ação conjunta, persistente, paciente e reiterada. Ninguém muda, senão através de luta no dia a dia. A grande mudança é apenas uma idéia. Há momentos em que pode haver uma fratura, mas, depois, o que acontece? Nada, se não houver continuidade no processo de transformação.

O sentido do Programa Comunidade Solidária é de uma interlocução permanente para identificar as prioridades. A crítica é indispensável para se corrigirem eventuais deficiências. Não se deve desanimar, porque, na verdade, os dados estão mostrando a melhoria. E vai melhorar ainda mais, se continuarmos neste rumo.

O quadro está mudando para melhor, porque já está havendo espírito de articulação. Está começando a existir a compreensão de que certos programas e certas questões não podem ser tomados de forma personalista e partidária. Têm de ser conduzidos com visão ampla e competência de todos os que estão envolvidos neste importante Programa.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria de Comunicação Social
Apoio Institucional
Casa Civil
Secretaria Executiva do Programa
Comunidade Solidária

COLEÇÃO DOCUMENTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

PORTUGUÊS

01. DISCURSO DE DESPEDIDA DO SENADO FEDERAL
02. DISCURSO DE POSSE
03. MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL — 1995
04. POLÍTICA EXTERNA — PRONUNCIAMENTOS (1º Semestre de 1995)
05. POLÍTICA EXTERNA — PRONUNCIAMENTOS (2º Semestre de 1995)
06. A NOVA FASE DA PRIVATIZAÇÃO
07. CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS NO BRASIL
08. FATOS E DADOS SOBRE O BRASIL DO REAL
09. REAL — UM NOVO COMEÇO
10. PROPOSTA DE REFORMA ADMINISTRATIVA
11. PROPOSTA DE REFORMA TRIBUTÁRIA
12. DIREITOS HUMANOS: NOVO NOME DA LIBERDADE E DA DEMOCRACIA
13. PLANO DIRETOR DA REFORMA DO APARELHO DO ESTADO
14. MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL — 1996
15. OS RUMOS PARA 1996
16. PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS
17. SOCIEDADES INDÍGENAS E A AÇÃO DO GOVERNO
18. COMUNIDADE SOLIDÁRIA: TODOS POR TODOS
19. O MERCADO DE TRABALHO E A GERAÇÃO DE EMPREGOS
20. POR UM BRASIL MAIS JUSTO — AÇÃO SOCIAL DO GOVERNO
21. UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
22. PRONUNCIAMENTOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA — 1995
23. BRASIL EM AÇÃO — INVESTIMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO
24. POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL
25. GLOBALIZAÇÃO E OUTROS TEMAS CONTEMPORÂNEOS
26. MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL — 1997
27. DOIS ANOS DE MUDANÇAS
28. REFORMA AGRÁRIA — COMPROMISSO DE TODOS

INGLÈS

01. PRIVATIZATION ENTERS A NEW PHASE
02. PUBLIC SERVICE CONCESSIONS IN BRAZIL
03. THE RESULTS OF THE REAL PLAN
04. THE TELECOMMUNICATION SECTOR IN BRAZIL
05. BRAZIL 1996: FROM REFORM TO GROWTH
06. THE IMPACT OF GLOBALIZATION ON DEVELOPING COUNTRIES RISKS AND OPPORTUNITIES
07. NATIONAL PROGRAMME ON HUMAN RIGHTS
08. TWO YEARS OF CHANGE
09. LABOR MARKET AND EMPLOYMENT GENERATION IN BRAZIL
10. AGRARIAN REFORM IN BRAZIL

FRANÇÈS

01. SOCIÉTÉS INDIGÈNES ET L'ACTION DU GOUVERNEMENT
02. COMMUNAUTÉ SOLIDAIRE: TOUS POUR TOUS
03. PROGRAMME NATIONAL DES DROITS DE L'HOMME
04. BRÉSIL: DES RÉFORMES À LA CROISSANCE
05. DEUX ANNEÉS DE CHANGEMENTS

ESPAÑHOL

01. BRASIL 1996: DE LAS REFORMAS AL CRESCIMIENTO
02. PROGRAMA NACIONAL DE DERECHOS HUMANOS
03. DOS AÑOS DE CAMBIOS
04. EL MERCADO DE TRABAJO Y LA GENERACIÓN DE EMPLEOS

ESTA OBRA FOI FORMATADA
E IMPRESSA PELA
IMPrensa NACIONAL,
SIG, QUADRA 6, LOTE 800,
70604-900, BRASÍLIA, DF
EM 1997, COM UMA TIRAGEM
DE 5.000 EXEMPLARES

